PARECER DO CONTROLE INTERNO Nº 193/2021

Em atendimento à determinação contida no §1°, do art. 11, da Resolução n°. 11.535/TCM, de 01 de Julho de 2014, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do Processo nº 16734/2021, referente à Dispensa de Licitação nº 041/2021, cujo objeto é a locação de imóvel para fins não residenciais, para funcionamento da escola anexa Cristo Redentor, e o Contrato nº 070/2021, celebrado com a Sociedade Beneficente e Cooperativista Cristo Redentor, no valor global de R\$ 39.659,76 (trinta e nove mil seiscentos e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos), originado do processo de dispensa acima identificado, com base nas regras insculpidas na Lei nº 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos. E, declara ainda, que o processo se encontra revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases internas e externas, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o processo supramencionado se encontra parcialmente emordem, podendo a administração pública dar sequência à realização e execução das referidas despesas.

Por fim, declara estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Coordenadora do Controle Interno



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM -PMB SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMEC

CONTROLE INTERNO

ANÁLISE Nº:	FASE DA DESPESA	PROCES	PROCESSO		16.734/2020		MEMO	631/2020-DIED (fl. 02)	
193/2021	CONTRATAÇÃO	RMS		18055/	055/2021 (fl. 107)		OFÍCIO	-X-	
SOLICITANTE:	Diretoria de Educação - DIED								
CREDOR:	Sociedade Beneficente e Cooperativista Cristo Redentor								
CONTRATO Nº.		FONTE	JNTE \		VALOR		LICITAÇÃO/FUNDAMENTAÇÃO		
Termo de Ratificação № 41/2021 Cont. 070/2021 (fls. 89/103)		1111010000	-	R\$ 26.439,84 (R \$ 3.304,98 x 8 meses)		Dispensa de Licitação nº41/2021. Art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93. Parecer Jurídico nº 200/2021 (fls. 67/70).			
OBJETO DA DESPESA : Locação de imóvel para fins não residenciais, situado na Rua dos Comerciários nº108, Bairro da Cabanagem, para funcionamento da Escola Anexa Cristo Redentor, no período de O3 de Maio a 31 de dezembro de 2021.									
Senhora ordenadora de despesas, no decorrer dos trabalhos de conformidade, foram analisados os aspectos pertinentes a diversos segmentos									
inerentes à despesa, com a conclusão abaixo, para conhecimento, decisão superior e demais providências:									
NOTA DE EMPENHO	904/2021 (fl. 120) – 3390.39.10.00			-x-				-χ-	
CONFORMIDADE Sim, com ressalvas.				OBS	IBS Documentos analisados: fls. 02/147 (01 volume).				

AO DEFI,

Veio a este Controle Interno o processo acima identificado, em **18.09.2021**, para análise e verificação quanto à instrução processual, legalidade e demais formalidades pertinentes ao assunto.

Durante os procedimentos de análise, verificou-se a necessidade de efetuar melhor instrução processual com a inserção de documentos, solicitação de esclarecimentos, além de correção de inconsistências de caráter formal, tendo sido, então, emitida a **Préanálise nº 193/2021**, datada de **21.09.2021**, solicitando a alguns setores a adoção de ações corretivas e/ou complementares.

Após isso, os autos retornaram a este Controle Interno em **16.12.2021** para análise e verificação quanto ao atendimento das recomendações feitas na Pré-análise supracitada, ocasião em que verificamos a seguinte ressalva:

- Ausência de cadastro do contrato nº 070/2021 no TCM/PA, tendo em vista que o contrato de nº 070/2021 - SEMEC não foi assinado de forma digital pela Sociedade Beneficente e Cooperativista Cristo Redentor.

Assim sendo, diante do exame dos aspectos pertinentes a diversos segmentos inerentes à despesa, e adotando como referência/analogia a conceituação/critérios de análise contidos no **Art. 32 da Lei Complementar nº 84, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Orgânica do TCM/PA)** este Controle Interno entende que, até esta data, a despesa **APRESENTA CONFORMIDADE COM RESSALVA**.